

Prefeitura tenta frear as despesas com os salários

Projeto de lei que altera o plano de carreira dos servidores, aprovado em 2015, tramita na Câmara de Vereadores

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

Com uso limitado apenas a ferimentos graves, quando não há socorro por perto e é preciso estancar uma hemorragia, o torniquete, ao longo dos séculos, ajudou a salvar muitas vidas. Principalmente no campo de batalha, onde a amputação de braços e pernas pelo fio da espada ou pelos estilhaços das explosões era comum. Os sobreviventes costumavam amarrar o membro atingido da vítima logo acima do corte, para impedir a perda de sangue. A Administração Municipal tomou emprestado o conceito da Medicina e resolveu aplicá-lo – com bastante atraso – nas finanças públicas.

Em novembro de 2015, depois de muita pressão, a Câmara de Vereadores aprovou o projeto de lei que instituiu o novo plano de carreira dos servidores públicos municipais. Na época, os responsáveis pela elaboração da proposta garantiram que as mudanças causariam um impacto pequeno nas despesas com

Aqueles que já foram contemplados não perderão nada, mas os avanços futuros terão de ser enquadrados nas novas regras.

Rafael Riffel
Secretário de Gestão e Planejamento

o, o custo alcançou R\$ 1,6 milhão. Não demorou muito para todos perceberem que havia algo errado.

Apesar disso, somente agora, 31 meses depois, a Administração Municipal encaminhou à Câmara de Vereadores um projeto com o objetivo de impedir que as despesas com pessoal, que já drenam mais da metade (51,08%) da receita do Município, continuem sangrando os cofres. O texto está sob análise jurídica e ainda não há previsão de votação em plenário.

Em linhas gerais, de acordo com o secretário de Gestão e Planejamento, Rafael Riffel, as distorções que serão corrigidas estão nos avanços salariais decorrentes dos cursos de

Cargos de Confiança – que serão reduzidos – e na diminuição dos valores de certas FGs (funções gratificadas). “Aqueles que já foram contemplados não perderão nada, mas os avanços futuros terão de ser enquadrados nas novas regras”, explica.

O chefe de gabinete do prefeito, Edar Borges Machado, admite que o projeto demorou a ser enviado à Câmara. A previsão inicial era fevereiro, após o recesso de verão. Contudo, a Administração optou por encaminhar o texto ao Sindicato dos Municipários, que demorou a devolvê-lo. Borges espera contar com a sensibilidade do legislativo. “É preciso frear o crescimento vegetativo da folha para o Município recuperar sua capacidade de investir”, defende.

Alguns vereadores estranharam o fato de não ter sido enviado, junto ao projeto, um estudo do impacto financeiro das medidas. Os vereadores sabem que ninguém perderá aquilo que já conquistou, mas gostariam de saber quanto efetivamente o Município deixará

de gastar se a matéria for aprovada.

de gastar se a matéria for aprovada.

de gastar se a matéria for aprovada.



CHEFE de gabinete do prefeito, Edar Borges Machado

SECRETÁRIO de Gestão e Planejamento, Rafael Riffel

Folha de pagamento já consome mais da metade das receitas do Município

O crescimento das despesas com pessoal é muito maior do que a evolução das receitas provenientes de impostos e repasses do Estado e da União em Montenegro. Nos primeiros quatro meses deste ano, de janeiro a abril, o Município teve uma receita corrente líquida de R\$ 165.416.089. O valor é 63,01% superior ao terceiro quadrimestre de 2012, quando as entradas somaram R\$ 101.473.060,00. No mesmo período, porém, a folha subiu bem mais, de R\$ 46.411.029,00 para

o que representa um acréscimo de 32,06%.

Folha



O AUMENTO DAS DESPESAS COM A FOLHA - EM R\$

PERÍODO	Receita	Desp c/pessoal	%
3º quadrimestre/2012	101.473.060	46.411.029	45,74
3º quadrimestre/2013	118.639.596	50.192.860	42,31
3º quadrimestre/2014	130.816.330	56.980.373	43,56
3º quadrimestre/2015	141.734.188	66.751.723	47,10
1º quadrimestre /2016	145.705.141	67.991.636	46,66
2º quadrimestre /2016	148.394.011	73.694.808	49,66
3º quadrimestre /2016	154.026.465	79.878.643	51,86
1º quadrimestre /2017	157.080.041	80.296.112	51,12
2º quadrimestre /2017	159.164.108	81.011.730	50,90
3º quadrimestre /2017	161.538.718	82.162.258	50,86
1º quadrimestre /2018	165.416.089	84.489.080	51,08

AS PRINCIPAIS MUDANÇAS

1 - Acúmulo de vantagens – pela legislação em vigor desde 2015, se um funcionário público com 20 anos de Prefeitura é aprovado em novo concurso para outro cargo, ele incorpora todos os avanços salariais obtidos através do tempo de serviço (anúênios, por exemplo) no vencimento que passa a receber. Pela nova redação, a contagem para obter as vantagens começa do zero.

2 - Redução da quantidade de classes funcionais de nove para oito – pela lei em vigor atualmente, os avanços salariais se dão, pela última vez, aos 35 anos de serviço. O projeto de lei reduz esse limite para 30 anos, enxugando em 15%, ao fim da carreira, os ganhos decorrentes das progressões.

3 - Com a nova lei, as progressões salariais por formação incluirão apenas cursos de ensino regular reconhecidos pelo Ministério da Educação.

4 - Chefe de gabinete, procurador geral do Município e gerente de contratos voltam a receber os mesmos salários dos secretários municipais. Apenas com essa medida, serão economizados em torno de R\$ 7.500,00 por mês.

5 - As FGs, gratificações concedidas a servidores pelo exercício de funções de chefia, calculadas sobre os salários básicos de cada categoria, assim como os vencimentos dos detentores de Cargos em Comissão, terão redução de até 20%.

6 - Também serão reduzidas as gratificações de avaliador de imóveis (de 130% para 100%), do gestor do Fundo de Previdência dos Servidores (de 210% para 150%) e do servidor responsável pela Unidade Municipal de Cadastro (de 66% para 50%). Estes valores são calculados sobre o salário básico da categoria do funcionário que exerce a atividade.

7 - O adicional pelo desempenho de atividade perigosa pago aos integrantes da Guarda Municipal será reduzido de 110% para 100% do padrão referencial da categoria.

8 - O adicional pelo desempenho de atividade perigosa pago aos servidores que exercem suas funções na Penitenciária Modulada de Pesqueiro será reduzido de 150% para 100% do padrão referencial de cada categoria. Em geral, são funcionários da área da saúde que prestam atendimento aos apenados.